



## PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ/MF nº 00.116.506/0001-60

## BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015	Passivo	2016	2015
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	25.193	4.774	Empréstimos e financiamentos	2.268	1.293
Contas a receber de clientes	24.501	22.379	Fornecedores	4.058	3.316
Impostos a recuperar	534	1.992	Obrigações sociais	33.313	31.628
Despesas antecipadas	6.161	4.401	Obrigações fiscais	6.368	3.961
Mútuos a receber de partes relacionadas	141.136	112.137	Dividendos a pagar	37.981	-
Outras contas a receber	4.694	5.023	Outras contas a pagar	2.806	2.789
	<b>202.219</b>	<b>150.706</b>		<b>86.794</b>	<b>42.987</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Impostos diferidos	15.808	16.816	Empréstimos e financiamentos	7.919	139
Impostos a recuperar	2.950	1.282	Obrigações fiscais	12.979	12.929
Depósitos judiciais	28.525	37.112	Provisão para contingências	42.465	45.890
	<b>47.283</b>	<b>55.210</b>	Passivo atuarial com plano médico	2.222	1.334
Imobilizado	48.588	40.323		<b>65.585</b>	<b>60.292</b>
Intangível	106	156	<b>Patrimônio líquido</b>		
	<b>48.694</b>	<b>40.479</b>	Capital social	137.759	20.317
<b>Total do ativo</b>	<b>298.196</b>	<b>246.395</b>	Reserva legal	7.153	4.063
			Reserva de lucros a realizar	-	117.441
			Outros resultados abrangentes	905	1.295
				<b>145.817</b>	<b>143.116</b>
			<b>Total do passivo</b>	<b>298.196</b>	<b>246.395</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucro a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.317	4.063	-	70.637	-	95.017
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.197	66.197
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(19.392)	(19.392)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	46.805	(46.805)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	1.295	-	-	1.295
Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.317	4.063	1.295	117.442	-	143.117
Aumento de capital	117.442	-	-	(117.442)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.790	61.790
Reserva legal	-	3.090	-	-	(3.090)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(20.719)	(20.719)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(37.981)	(37.981)
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	(390)	-	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137.759	7.153	905	-	-	145.817

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Proforte SA. Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, à Avenida São Francisco, 497 e tem filiais para prestação de serviços nos Estados de Tocantins, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota explicativa nº 12 - Ativo imobilizado (estimativa de vida útil); • Notas explicativas nº 8 e 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa nº 17 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos; principais premissas atuariais; b. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. 5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo. 6. Sumário das principais práticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Receita operacional: b. A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser mensuradas de forma confiável. c. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A empresa classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa: Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que não exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. (ii) Passivos financeiros não derivativos: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. (iii) Capital social: Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. (ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. (iii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Beneficiária em imóveis de terceiros 10 a 25 anos Instalações 10 anos Máquinas e equipamentos 8 a 10 anos Móveis e utensílios 5 a 10 anos Veículos 3 a 15 anos Equipamentos de informática 4 a 10 anos Armamento equipamentos de vigilância 20 anos d. Ativos intangíveis: (i) Marcas e Patentes: A marcas e patentes são mensurados ao custo, não sofrem amortização. (ii) Direitos de Uso de Software: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. (iii) Gastos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>476.851</b>	<b>445.427</b>
Custo dos serviços prestados	(264.234)	(243.140)
<b>Lucro bruto</b>	<b>212.617</b>	<b>202.287</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Vendas	(2.528)	(2.443)
Gerais e administrativas	(113.125)	(96.478)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.312)	(39)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>95.652</b>	<b>103.327</b>
Despesas financeiras	(2.244)	(2.360)
Receitas financeiras	1.880	872
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(364)</b>	<b>(1.488)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>95.288</b>	<b>101.839</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.290)	(29.761)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.208)	(5.881)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>61.790</b>	<b>66.197</b>
<b>Lucro por ação</b>	<b>0,45%</b>	<b>3,26%</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	61.790	66.197
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	4.129	4.758
Custo residual de ativo permanente baixado	437	139
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	(148)	(446)
Provisão para contingências	(3.425)	(17.305)
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	299	635
Outras provisões	29	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.208	5.881
Juros e variações monetárias provisionadas	413	809
	<b>64.732</b>	<b>60.668</b>
<b>Aumento (redução) dos ativos operacionais</b>		
Contas a receber	(1.974)	(2.491)
Impostos a recuperar	(236)	5.397
Despesas antecipadas	(1.759)	(529)
Outras contas a receber	356	(1.210)
Depósitos judiciais	8.588	9.394
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	741	1.133
Obrigações sociais	1.685	907
Obrigações fiscais	2.457	(25)
Outras contas a pagar	(15)	26
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>74.575</b>	<b>73.270</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Recursos repassados a partes relacionadas	(232.511)	(266.718)
Recursos recebidos de partes relacionadas	203.514	220.124
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.781)	(6.475)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(41.778)</b>	<b>(53.069)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos captados	9.663	8
Empréstimos e financiamentos pagos	(1.167)	(1.815)
Juros pagos	(155)	(371)
Dividendos pagos	(20.719)	(19.392)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(12.378)</b>	<b>(21.570)</b>
<b>Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.419</b>	<b>(1.369)</b>
Saldo final	25.193	4.774
Saldo inicial	4.774	6.143
<b>Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>20.419</b>	<b>(1.369)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	61.790	66.197
Variação com passivo atuarial de plano médico	(390)	1.295
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>61.400</b>	<b>67.492</b>

adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Empresa pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Empresa está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Empresa não espera qualquer impacto significativo. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Empresa em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Empresa detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Empresa fará no futuro. A nova norma exigirá que a Empresa revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, com base nos instrumentos financeiros negociados pela Empresa não é esperado impactos significativos nas demonstrações financeiras ao aplicar os requerimentos previstos na IFRS 9. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Empresa está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. IFRS 16 Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção, planejada para 1º de janeiro de 2019. Outras alterações: Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRSs. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRSs não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria

Ronaldo Ferreira - Contador - CRC 15P230211/0-5